

## I CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO XINGU – UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA DO PROCESSO

*Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy<sup>1</sup>*

### RESUMO:

Esse trabalho configura-se como um estudo etnográfico, que mediante a utilização do método de observação participante, objetiva apresentar um relato descritivo do processo de realização da I Conferência Regional de Educação Escolar Indígena, ocorrida no Parque Indígena Xingu, em Mato Grosso, no período de 07 a 11 de junho de 2009, como uma das etapas preparatórias para a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que aconteceu em Brasília, entre os dias 16 a 20 de novembro de 2009. Além da narrativa das principais ocorrências da Conferência, o trabalho contempla também, um breve relato do processo de construção da política de educação escolar indígena no Brasil, concluindo que os resultados das discussões apontam contribuições importantes para o aprimoramento da política de educação escolar indígena no país, definindo um modelo de escola mais adequado a que os povos indígenas almejam.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimento indígena, educação escolar indígena, professores indígenas

No Brasil, a escolarização indígena começou no período colonial com a participação de missionários da Igreja Católica, principalmente os jesuítas, passando a ser, no início do século XX, de responsabilidade do poder público, na época Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A partir da década de 1960, com a criação da “Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no contexto da política indigenista dos governos militares, a educação escolar

---

<sup>1</sup> Iraci Aguiar Medeiros é mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica do DPCT. Leda Gitahy é professora doutora do Departamento de Política Científica e Tecnológica do IG/UNICAMP E-mails: [iraci@ige.unicamp.br](mailto:iraci@ige.unicamp.br) e [leda@ige.unicamp.br](mailto:leda@ige.unicamp.br). Endereço: Instituto de Geociências/UNICAMP - Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Caixa Postal: 6152 CEP: 13083-970 Campinas - SP- BRASIL.

indígena fica a cargo de diversas missões religiosas católicas e evangélicas, entre outras, salesianos, Summer Institute Of Linguistics (SIL), Batista, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e organizações não governamentais, como a Operação Amazônia Nativa (OPAN).

Segundo Grupioni (2008, p.24):

*“As discussões sobre a possibilidade de um novo modelo de escola, não mais centrado numa prática integracionista, ou marcada por orientação missionária, mas caracterizado pela perspectiva de conferir aos índios um papel de destaque, tanto na docência quanto na gestão da escola, contribuem para colocar a educação indígena no rol de questões prioritárias do movimento indígena contemporâneo”.*

No movimento indígena, as conquistas experimentadas no campo da educação estão relacionadas a conceitos e práticas de educação como parte de lutas políticas mais amplas pela demarcação de terras e pelo reconhecimento étnico, que ocorreram especialmente na Amazônia nos anos 70 a partir de experiências locais de responsabilidade de ONG's, da atuação da Igreja Católica e do Movimento Indígena. Algumas das práticas e demandas desses atores passaram a ter repercussões na formulação de um conjunto de leis nas esferas federal, estadual e municipal, impulsionando uma nova política indigenista a partir da cooperação crescente entre representantes indígenas, sociedade civil organizada e órgãos de Estado.

Durante as décadas de 1980 e 1990, além das garantias constitucionais em 1988, um conjunto de medidas legais fez com que as questões que envolvem a educação escolar indígena passassem a fazer parte do rol de responsabilidades do Estado, especialmente a partir de 1991, quando a responsabilidade pela coordenação das ações de educação escolar indígena no país, deixa de ser da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e passa para o MEC (Ministério da Educação e Cultura), que segundo Grupioni (2008, p.50) não tinha qualquer tradição de atuação na área, criou instâncias e mecanismos dentro de sua estrutura, envolvendo diversos atores que já atuavam com educação indígena no país, como professores indígenas, antropólogos, lingüistas, educadores, envolvendo universidades, ONGs e associações científicas, para alterar as formas de atuação do Estado e romper com o modelo de escola determinado pelas missões de fé e outras agências missionárias. “Se, de um lado, houve uma abertura do Estado para acolher proposições destes atores, de outro, estes se empenharam em buscar canais efetivos por meio dos quais se fizessem ouvir dentro do Estado, conquistando posições e positivando a agenda do governo em favor do reconhecimento do direito dos índios a uma educação diferenciada.” (GRUPIONI, 2008, p.50)

Esse modelo de escola diferenciada, é implementado nas aldeias a partir dos anos 1990, e passa a ser visto pelo Movimento Indígena como um espaço de resistência, um instrumento de luta e de afirmação de sua identidade, sempre ligada ao tema dos direitos e ao da demarcação de terras. A escola passa a ser um projeto não só de acesso aos conhecimentos acumulados pela sociedade, mas também de valorização das práticas tradicionais indígenas, “respondendo ao desejo de comunidades indígenas de qualificarem seus membros para uma relação menos desigual e exploratória com segmentos da sociedade envolvente”. (GRUPIONI, 2008, p.171).

Nas últimas duas décadas, em grande medida pela articulação e pressão dos povos indígenas, os avanços tem sido significativos, o modelo de educação escolar que tinha por objetivo integrar, civilizar e colonizar os povos indígenas, proibindo suas línguas e condenando suas tradições e culturas, mudou para um modelo diferenciado, bilíngüe ou multilíngüe e intercultural, com atuação predominante de professores indígenas nas escolas das aldeias. No entanto, apesar dos avanços da política nacional de educação indígena no Brasil em termos de legislação, há muito que se fazer para que essas políticas se concretizem de fato. Entre outros, modelo de gestão centralizada, escolas sem infra-estrutura, metodologias e conteúdos curriculares não específicos, calendários e materiais didáticos inadequados e a falta de professores especializados ainda são problemas comuns nas escolas indígenas.

No processo de consolidação da educação escolar indígena como uma política pública, foram sendo criadas, nestes últimos anos, diferentes instâncias (conselhos, comissões) tanto nas esferas federal como estaduais, além de reuniões, conferências, etc., promovidas pelo movimento indígena e organizações indigenistas (“Abril Indígena”), ou convocadas pelo governo federal, como a Conferência Nacional dos Povos Indígenas em 2005, organizada pela FUNAI e a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em 2009, organizada pelo MEC.

Uma conquista importante do Movimento Indígena foi a criação, em 2006, por Lei Federal, da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes do Poder Executivo, dos povos e organizações indígenas e de entidades indigenistas, com a finalidade de deliberar sobre as diretrizes da Política Nacional Indigenista. Esta Comissão conta com uma subcomissão de educação, para formular propostas a partir de demandas e reivindicações de professores e

lideranças das comunidades indígenas a respeito da educação escolar a ser desenvolvida nas aldeias. Uma das atribuições da CNPI foi a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Convocada pelo MEC, a I CONNEI reuniu em Brasília/Luziânia - GO, entre os dias 16 a 20 de novembro de 2009, cerca 800 participantes, cada com representantes indígenas de 230 povos de todo país e gestores públicos, com a finalidade principal de assegurar o direito a uma educação básica e superior intercultural que venha a contribuir com os projetos societários dos povos indígenas.

Para se chegar à conferência nacional, desde dezembro de 2008, foram realizadas conferências locais nas comunidades educativas em mais de duas mil escolas indígenas do país, envolvendo a participação de alunos indígenas, pais, lideranças tradicionais, professores e diretores, em que discutiram a situação atual e suas expectativas sobre os processos de educação escolar. As conferências locais partiram de um documento base com três perguntas orientadoras, propostas pela comissão organizadora da Conferência Nacional: Por que queremos a escola? O que já conquistamos? O que fazer para avançar na educação que queremos?

Somando às conferências nas comunidades educativas, foram realizadas em todo o território nacional, 18 Conferências Regionais de Educação Escolar Indígena, com a participação de representantes de cada povo indígena (escolhidos nas conferências locais), representantes de sistemas de ensino, universidades, entidades indigenistas, ONG's. Com metodologia definida pelo MEC, esses encontros tiveram duração de quatro a cinco dias, com discussões em grupo e em plenária sobre cinco eixos temáticos: 1) Políticas, Gestão e Financiamento da Educação Escolar Indígena; 2) Educação Escolar, Territorialidade e Autonomia dos Povos Indígenas; 3) Práticas Pedagógicas Indígenas; 4) Participação e Controle Social; e 5) Diretrizes para a Educação Escolar Indígena.

A I Conferência Regional de Educação Escolar do Xingu foi realizada dentro do Parque Indígena Xingu, na comunidade Moygu, dos Ikpengs - Posto Indígena Pavuru/Médio Xingu, município de Feliz Natal, Estado do Mato Grosso, no período de 07 a 11 de junho de 2009. O Parque Indígena do Xingu foi criado em 1961, com seu perímetro atual demarcado em 1978, possuindo um vasto território de mais de dois milhões e meio de hectares, localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso e está ocupado por 204 comunidades de 16 etnias entre os cerca de 5 mil habitantes indígenas, representando quatro principais troncos lingüísticos brasileiros – Aruak, Karib, Jê e Tupi. O Parque se divide culturalmente em três

áreas: uma ao norte (Baixo Xingu) atendida pelo Posto Indígena Diauarum; outra na região central (Médio Xingu), atendida pelo Posto Indígena Pavuru; e outra ao sul (Alto Xingu) atendida pelo Posto Indígena Leonardo Villas Boas. Cada posto da FUNAI apóia a logística de projetos e atividades desenvolvidas no Parque, como educação e saúde. Quem administra o Parque, são os próprios indígenas, por meio da Associação da Terra Indígena do Xingu (ATIX), criada em 1994, representando todas as comunidades localizadas no Xingu. Os indígenas que habitam o Parque possuem um histórico de contato com a sociedade não-indígena diferente em relação a outros povos indígenas brasileiros, uma vez que não tiveram contato inicial com missões evangelizadoras, mas sim com pesquisadores (etnólogo alemão Karl von den Steinen), e foram assistidos pelos irmãos Villas Boas, durante a expedição Brasil Central.

Participaram da I Conferência Regional do Xingu, 133 delegados indígenas (41 Alto Xingu, 45 Médio e 47 Baixo), envolvendo lideranças tradicionais e comunitárias, professores, equipes pedagógicas, pais, mães e alunos de 14 Povos Indígenas: Suyá, Yudjá e Kaiabi do Baixo Xingu; Trumai, os Ikpeng e os Kaiabi do Médio Xingu; e Aweti, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinarko, Nahukuá, Trumai, Wauja do Alto Xingu. Seriam 16 povos, mas dois não tiveram presentes, os kalapalos por problemas no motor do barco e yawalapti por motivo de saúde na aldeia.

Estiveram presentes, também, representantes da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Comissão Nacional de Política Indigenista, Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Mato Grosso, Ministério da Educação, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação de Feliz Natal, Gaúcha do Norte e São José do Xingu, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Estadual do Mato Grosso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Paulo, Conselho Indigenista Missionário, Associação Terra Indígena Xingu e as associações que representam cada um dos povos: Associação Indígena Kisedje, Associação Yarikayu, Associação Indígena do Povo Aweti, Associação Indígena Ahira, Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu, Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng, Instituto Indígena Maiwu de Estudo e Pesquisa de Mato Grosso, Associação Indígena Tapawia, Associação Indígena Tulukai, Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso, Fundação Nacional do Índio e Instituto Socioambiental.

Somados aos 133 delegados indígenas, participaram da conferência nove delegados de organizações não governamentais e 17 governamentais. Entre delegados, convidados, organizações e equipes técnicas institucionais e governamentais, estiveram no Posto Indígena Pavuru, 214 pessoas e, no total, contando familiares dos indígenas e convidados, foram 400.

Durante os cinco dias, as atividades foram realizadas a partir de palestras, debates e trabalhos em grupos. Nos intervalos e à noite, diversos povos do Xingu fizeram apresentações culturais onde mostraram seus cantos, músicas e danças. Nos grupos os participantes aprofundaram os temas e apresentaram as propostas para votação em plenária, seguindo um documento de referência elaborado e distribuído pelo MEC. As discussões em grupo foram o ponto alto da conferência, os delegados se dividiram em sete grupos e a partir da apresentação de cada uma das cinco temáticas, os grupos se reuniam, discutiam e decidiam as propostas, que depois de sistematizadas eram votadas na plenária geral. Todos os grupos discutiam todas as temáticas.

Na seqüência, serão apresentados relatos descritos das principais ocorrências da I Conferência Regional de Educação Escolar do Xingu, seguindo o cronograma da programação do evento.

Desde a manhã de domingo do dia 07 de junho de 2009, foram chegando delegados de diversas aldeias do Parque Indígena Xingu, a grande maioria de barco, pois o Posto Pavuru, local do evento fica às margens do rio Xingu. No período da tarde se deu o credenciamento dos participantes e a entrega dos materiais da Conferência.

No começo da noite, se deu a abertura da Conferência, com uma mesa composta de autoridades do MEC (Ministério da Educação), SEDUC/MT (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e 12 caciques dos povos presentes.

Na abertura da Conferência Regional de Educação do Xingu, caciques e demais participantes falaram da importância do encontro, o primeiro que acontece em terras indígenas para discutir a educação escolar. Na solenidade de abertura, o Presidente da Associação Indígena Moygu, da Comunidade Ikpeng, Kumaré Txicão, declarou oficialmente abertos os trabalhos de debate sobre a educação escolar indígena.

Cacique Amatiwa, da etnia Matipu: “Estamos aqui para que a escola indígena seja de melhor qualidade. É a oportunidade para nós, lideranças, cobrar e reivindicar o que queremos melhorar”.

Cacique Vinti da etnia Kisedje:

*“Estou aqui junto com outras lideranças, este é um momento especial, primeira vez no Xingu que vai discutir a educação dos índios. O nosso xinguanos está disposto a discutir a educação – muito contente pelo convite, primeira vez essa conferência para discutir educação indígena, espero levantar o que nós queremos, o que está nas nossas escolas está muito fora da nossa realidade, está muito uma educação do homem branco, devemos discutir uma educação para índios.”*

Logo após a abertura da conferência, sob a luz da lua cheia, as etnias Kuikuro, Trumai, Kisedje, Yudjá e Ikpeng fizeram apresentações culturais com cantos e danças tradicionais.

O segundo dia da conferência começa com a participação de um representante do MEC, que fez a leitura do documento-base e do regimento interno, apresentando os objetivos da conferência, bem como, a programação e a dinâmica de funcionamento das mesas temáticas, dos grupos de trabalho que se organizarão em número de sete e a plenária, em que serão votadas as propostas dos grupos. Ao final do evento, deverão ser escolhidos os delegados para a conferência nacional. Na sequência, o professor indígena Korotowy Ikpeng, fez a explanação sobre os eixos temáticos da conferência, conforme termo de referência elaborado pelo MEC.

Na sequência, foi composta uma mesa presidida pelo professor indígena Yawaritu da etnia Trumai para apresentar os resultados das conferências nas comunidades educativas do Xingu. Desde abril de 2009, uma equipe de professores indígenas (membros do Conselho Estadual de Educação Indígena) formaram uma comissão com o apoio e acompanhamento do ISA (Instituto Sócio Ambiental) e Funai, viajaram a pé, ou por meio de bicicleta, moto, trator e barco em todas as 18 escolas nas aldeias, fomentando o debate e orientando a todos os professores, caciques, e comunidade na discussão do documento base, analisando a situação atual e as expectativas sobre os processos de educação escolar indígena. As conferências locais partiram de três perguntas orientadoras propostas pela comissão organizadora da Conferência Nacional: Por que queremos a escola? O que já conquistamos? O que fazer para avançar na educação que queremos? Como resultado dessas discussões, um documento-relatório de 85 páginas foi entregue aos representantes da SEDUC/MT, do MEC e da FUNAI.

Depois da apresentação dos resultados das conferências locais e feito a projeção de slides com fotografias das escolas do Xingu, muitas em situação de precariedade, suscitou um debate envolvendo vários participantes da plenária. Algumas destas manifestações serão apresentadas a seguir.

Ayaneku da etnia Txicão, delegada mãe de aluno, fez uma fala na língua indígena (traduzida pelo professor Korotowi) sobre o que ela pensa a respeito das escolas indígenas:

*“Quero falar para a comunidade que quando pedimos construção de escola é porque necessitamos. A escola não vai mudar nosso hábito, nossos costumes, nossa cultura. O povo da minha mãe foi trazido pra cá e os brancos falaram para gente desde o princípio que trariam condições para nossos filhos, se vocês ensinassem o conhecimento de vocês e nós com nossos conhecimentos não vai mudar nada. Porque que quando fazem escola na aldeia fazem mal feita, sempre vou a cidade e vejo escola linda, quando volto vejo nossa escola feia. (...) Vocês brancos ensinam em cima de escrita e nós não ensinamos assim, mas com a prática através de tecer, do artesanato, usamos a tecnologia do pensamento, armazenamos nosso saber no pensamento não nos papéis como os brancos, mas agora estamos aprendendo a usar a escrita como os brancos e por isso precisamos de escolas de qualidade para nossos filhos”.*

O cacique Afukaka da etnia Kuikuru fez uma fala a respeito da importância de se discutir a educação escolar do ponto de vista da realidade e cultura de cada povo do Xingu e demonstrou preocupação com a preservação das riquezas naturais, que são importantes, inclusive, para a alimentação dos indígenas e com a preservação da tradição do artesanato, estimulando a todos para que usem seus adornos e disse: “O símbolo do Xingu se chama GUARUPE. O rio Xingu era e é o lugar onde banhava o nosso vovô, então você novos que já sabem ler e escrever, entretanto eu também posso ensiná-los nas tradições aqui do Xingu, vocês jovens é que serão os responsáveis para assegurar que a nossa tradição continue no futuro, a nossa tradição não pode acabar.”

Cacique Winti da etnia Suya:

*“O índio já está cansado de ouvir propostas do não índio. É importante que vá até a aldeia ouvir o que cada liderança, cada povo pensa acerca do que está sendo proposto para a educação. Essa lei vocês tem que cumprir – isso nós já estamos cansados de ouvir. Hoje estamos usando papel, microfone, equipamentos que não são nossos, usamos o que não é nosso e não estamos conseguindo defender o que é nosso: as línguas, as culturas, as tradições; o modelo de escola de hoje em dia está acabando com a nossa cultura, estamos usando o modelo, a tradição do branco. Isso nós queremos mudar, esta Conferência é pra mudar essa realidade. (...) Os professores indígenas tem que começar a pensar a educação de acordo com a realidade de seu povo, da sua aldeia: as palavras, as línguas, as músicas. Professores indígenas chamem os velhos pra falar de nossas tradições. (...) Os professores precisam ensinar, na escola, nossos conhecimentos, nossa cultura.*

*Temos que botar no papel as nossas línguas, pra não esquecer, temos que anotar pra não perder, pois o jovem de hoje não consegue mais guardar na memória. Esta Conferência serve pra nós olhar com cuidado o que nós queremos pro futuro das nossas crianças, pra continuar nossas tradições”.*

Professor Abayowá da etnia Yudjá (coordenador pedagógico):

*“Hoje em dia a escola tem contribuído muito na construção dos conhecimentos dos povos Yudjá. Nossos professores ensinam a tocar flauta, cantar, as músicas nas salas de aula. Nossos alunos aprendem a tocar flauta. Nós temos 21 tipos de instrumentos e nossas crianças precisam aprender a tocá-los. Nós não ficamos ensinando somente o português, a matemática, a geografia (...) mas ensinamos em oficinas as crianças a aprender a confeccionar os instrumentos. Oficinas de arco e flecha, a dominar as técnicas do uso do arco e flecha com os velhos. Fizemos aulas de tecelagem dentro da sala de aula. Nós os professores, nós alunos temos que nos aproximar dos nossos velhos pra verificar o que eles têm pra nós ensinarmos”.*

Conforme a Cacica Ana da etnia Yudja: “A escola não trouxe problemas para nossa comunidade, ela chegou pra fortalecer a nossa cultura, pois ensina a tecelagem, pintura corporal, cestaria, confecção de cerâmica, e várias atividades da nossa cultura.

Estas manifestações merecem uma análise mais aprofundada, mas tem demonstrado alguns conflitos que está diretamente ligado ao papel da escola dentro da aldeia indígena, que é complexo e variado de povo para povo. Conciliar o conhecimento moderno (ocidental) e o tradicional (indígena) e trabalhar com a diversidade dos povos indígenas parecem constituir alguns dos principais desafios da educação escolar indígena.

Se por um lado, há toda uma preocupação das lideranças indígenas com a manutenção e fortalecimento da cultura tradicional, por outro há toda uma necessidade em aprender a cultura (ler e escrever português, por exemplo) do não índio, como uma forma de se relacionar melhor com a sociedade envolvente, se preservar e adquirir autonomia. Conforme Yanahin da etnia: “Porque queremos escola? Para que nossos filhos andem não como nós, mas para que aprendam mais que nós e se defendam melhor do homem branco, é importante que aprendamos a nos defender com a caneta”.

Na tarde de segunda-feira, iniciaram-se os debates sobre o primeiro tema da conferência: Políticas, Gestão e Financiamento da Educação Escolar Indígena. Depois de questionamentos feitos por alguns delegados em plenário, as discussões foram aprofundadas nos grupos de trabalho, definindo na plenária geral, entre outras propostas: a criação de um sistema próprio de educação escolar indígena, com normas e diretrizes elaboradas a partir da diversidade e realidade dos povos indígenas, devendo respeitar, garantir e apoiar a construção

de políticas educacionais para cada povo, com currículo, planejamento, orçamento e calendários próprios para cada escola indígena, de acordo com a cultura e especificidade de cada comunidade.

No segundo dia da conferência do Xingu, foram debatidas a temática: Educação Escolar: Territorialidade e Autonomia dos Povos Indígenas (Apresentação dos Territórios Etnoeducacionais), com a presença do Thiago do MEC, Maria Helena da FUNAI, como mediador, o professor Pablo Kamaiurá; e a temática: Práticas Pedagógicas Indígenas, com a participação dos professores indígenas Takap Trumai, Makaulaka Mehinako e Karin Juruna, e como mediador, o professor Korotowi Ikpeng.

A primeira temática gerou uma grande polêmica entre os participantes, pois apesar de ser uma proposta do Governo Federal a ser discutida e definida pelas conferências, a respeito da criação dos territórios etnoeducacionais como ferramenta de gestão para as políticas de educação escolar indígena, atendendo populações indígenas segundo a territorialidade, e não mais por unidade da Federação, em 27 de maio de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.861, criando 16 etnoterritórios. O decreto foi publicado sem prévia discussão com as comunidades indígenas, por isso não foi aprovada pelos delegados.

A justificativa do MEC para a criação dos territórios etnoeducacionais, é que hoje, cada Estado da Federação tem uma política de educação indígena diferente e cada um trabalha ao seu modo e os indígenas estão nesse contexto, por isso, é necessário construir um projeto de territorialidade, de demarcação de terras de acordo com os conceitos etnoeducacionais, povos indígenas que mantenham relações sociais, históricas, políticas, econômicas, filiações lingüísticas e práticas culturais.

Depois que essa temática foi amplamente debatida nos grupos de trabalho, a plenária decidiu que para criar e implantar territórios etnoeducacionais do Xingu, antes o MEC, FUNAI e Secretarias de Educação devem realizar seminários nos pólos (Alto, Médio, Baixo e Leste), com participação de representantes de todos os povos indígenas do Xingu, para discutir a proposta e o decreto do MEC, entender como funciona a proposta de territórios etnoeducacionais e tomar decisão conjunta com as comunidades sobre a sua organização e definição.

Na sequência, as práticas pedagógicas indígenas foram debatidas em uma mesa-redonda com relatos de experiências em sala de aula, realizadas pelos professores indígenas Takap Trumai, Makaulaka Mehinako e Karin Juruna.

De acordo com Korotowĩ Ikpeng, “Se a escola deve ser diferenciada, agora, na atualidade, não é. Não tem material pedagógico para trabalhar. Esse é um grande defeito das escolas indígenas que não tem material específico para o ensino de 1ª a 4ª séries, 5ª a 8ª e de 2º grau.”

Sobre as práticas pedagógicas, houve uma boa discussão nos grupos, pois nesta questão residem alguns problemas que carecem de melhorias na política de educação escolar indígena. A legislação federal assegura uma educação escolar diferenciada, com calendários, currículos e materiais didáticos próprios para os povos indígenas, mas na prática essa questão tem avançado pouco.

Entre as propostas apontadas pelos grupos e aprovadas em plenário, estão: O reconhecimento das práticas pedagógicas tradicionais indígenas levando em consideração as regras específicas de cada povo; o fortalecimento das práticas pedagógicas indígenas tradicionais na sala de aula e fora dela; Reconhecimento das atividades econômicas e culturais, tais como roça, caça, pescaria e festas, como aulas teóricas e práticas; a garantia que as festas, danças e práticas tradicionais estejam no histórico escolar, reconhecidas como aulas práticas e teóricas, incluídas no calendário e nas diretrizes da educação escolar indígena; financiamento para publicação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas indígenas de cada povo; e recursos financeiros para programas de fortalecimento e revitalização das línguas faladas por povos e comunidades indígenas, com suas tradições orais, incluindo oficinas de estudo e produção de materiais didáticos e de pesquisa sobre e em línguas indígenas, elaborados por professores, alunos e pesquisadores indígenas.

Pela manhã, foi composta a mesa mediada pela indígena Winti Suia sobre a temática: Participação e Controle Social, com a presença de um grupo de professores e gestores indígenas: Weibe Tapeba, Yawaritu Trunay Suia, Pikuruk Kaiabi, Yanama Kuikuro e Wary Kamaiura. Todos se manifestaram a respeito das dificuldades para se fazer controle social, especialmente a falta de condições estruturais, como transporte para visitar as escolas e recursos financeiros para participar nas reuniões, tanto nos conselhos das comunidades educativas, como no conselho estadual.

Conforme Rony da etnia Paresi:

*“Controle social é fundamental dentro de uma comunidade: os pais devem acompanhar desde o aprendizado de seus filhos, verificar se seu filho ta aprendendo, ou se está participando das aulas, pois se não começar a prática do*

*controle social desde a escola, desde a aldeia, não se consegue fazer o controle social em instâncias maiores, no âmbito do Estado. Há que se assegurar condições estruturais para que as participações dos Conselheiros, nas reuniões internas e externas aconteçam com qualidade”.*

Entre as propostas aprovadas depois das discussões nos grupos sobre o Controle Social, destacam-se: *Criação do conselho nacional de educação escolar indígena e garantia do seu funcionamento; Ampliação e garantia de vagas para os povos indígenas como conselheiros nas esferas Municipais, Estaduais e Federal; Garantia da participação efetiva dos representantes indígenas na elaboração de planejamento do orçamento federal, estaduais e municipais; e garantia de recursos para os conselheiros acompanharem as comunidades educativas, e divulgar o trabalho realizado e conhecer as realidades de cada escola.*

No período da tarde de quarta-feira, foi discutida a última temática da Conferência Regional do Xingu: Diretrizes para a Educação Escolar Indígena. Apesar do referencial curricular nacional para as escolas indígenas do MEC (RCNEI) estar completando 10 anos, nas discussões durante a conferência muitas perguntas continuam sem respostas, por exemplo: Até que ponto esse referencial orienta o ensino escolar? Qual tipo de ensino a comunidade indígena quer? Os princípios da educação escolar intercultural são considerados? Os temas trabalhados incluem a cultura indígena e o conhecimento tradicional? O que cada povo quer que seja ensinado na escola? Como a escola pode ajudar a resolver os problemas que afetam a comunidade?

Diante destas questões, Francisca Novantino, da etnia Paresi, afirma:

*“O engessamento do currículo, através da obrigatoriedade das disciplinas, não representa a realidade da educação indígena dos povos indígenas. A questão da carga horária, dos dias letivos, obrigatórios são os mesmos das escolas do “branco”. O sistema burocrático vem no sentido contrário à realidade das escolas indígenas”.*

Para Korotowi da etnia Ikpeng: “O Sistema não tem que exigir que as realidades indígenas se adaptem a ele, ao contrário o Sistema precisa atender a cada especificidade, a cada realidade” e Mutuá afirma: “O Estado não respeita a organização escolar própria, o calendário específico, nada é obedecido”.

Depois de debater todas as questões nos grupos, os delegados elegeram diversas propostas para melhores as diretrizes da educação escolar indígena, entre elas: O sistema reconhecer plenamente, garantir todos os recursos para o sistema diferenciado funcionar, garantir a formação dos professores indígenas, não tem que se adaptar ao sistema, não tem

que se enquadrar; Reconhecer e cumprir o direito à escola diferenciada (censo específico, registros próprios, documentação dos alunos e regimento interno construídos em conjunto com a comunidade); Garantir a elaboração e o respeito do projeto político pedagógico como principal documento das escolas indígenas, considerando que a carga horária se divide em aulas na escola e em contextos tradicionais; Ampliar a oferta de ensino fundamental e implementar ensino médio nas escolas indígenas; não aceitando a educação infantil; e Formação dos professores com periodicidade e carga horária que garantam o aprofundamento dos conhecimentos do professor de modo que ele dê conta de ensinar com qualidade tanto os conteúdos tradicionais como os dos não índios.

O último dia da I Conferência Regional do Xingu foi reservado para votação do documento final, não só para encaminhar para a conferência nacional, mas para ser referência para as ações de educação escolar indígena no Xingu nos próximos anos.

Ao concluir esse trabalho, há que se destacar como uma questão importante da Conferência de Educação Escolar Indígena do Xingu, o próprio processo de discussão que se deu durante quase um ano, desde as reuniões preparatórias realizadas em Cuiabá, passando pelas 18 conferências nas comunidades educativas e os cinco dias de conferência no Parque Indígena Pavuru – Xingu, reunindo professores indígenas, alunos, pais de alunos, lideranças tradicionais, caciques, pajés de diversas etnias, além de não indígenas de organizações governamentais, não governamentais, universidades, associações, conselhos, etc.. Foi a primeira vez que esse processo aconteceu no Xingu para discutir e definir propostas que possam contribuir para melhorar a educação escolar indígena.

No processo da Conferência do Xingu, se percebeu que a articulação do conhecimento moderno (ocidental) com o conhecimento tradicional (indígena) na escola da aldeia indígena, tem se constituído um dos principais desafios para os povos indígenas para garantir a manutenção e o fortalecimento das suas culturas. Na concepção de muitas lideranças indígenas, a educação escolar, sem negar as tradições e os valores étnicos próprios a cada nação indígena é uma dimensão de vital importância para seus povos, mas que seja uma escola muito mais voltada para a valorização e sistematização de conhecimentos e saberes tradicionais, que reforce o uso da língua indígena, e não somente um lugar para a entrada dos conhecimentos exteriores (da sociedade envolvente). Se quando as escolas foram criadas nas aldeias, a preocupação era que as crianças aprendessem a língua portuguesa, hoje

a preocupação é mais do que isso, querem a valorização dos saberes tradicionais, das origens, da língua e que sejam específicos de cada povo.

O reconhecimento formal da legislação, na sua compreensão, aplicação em relação ao direito a uma escola diferenciada, entendida de forma variada, consiste uma questão chave na pauta do movimento indígena e para que se tenha efetividade prática no cotidiano das escolas nas aldeias, uma das reivindicações centrais da Conferência do Xingu é a criação de um sistema próprio de gestão das escolas indígenas, desde o governo federal, estaduais e municipais, e que seja protagonizado pelos próprios indígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi . *Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Semear outras soluções; Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.